

# Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.dj@abr.com.br

## Vai-se um banco, ficam os bens

O ex-banqueiro Daniel Vorcaro não desistiu da ideia de recuperar seu banco. Mas o que se diz entre agentes do mercado financeiro em São Paulo é que ele deseja mesmo é recuperar seus bens.

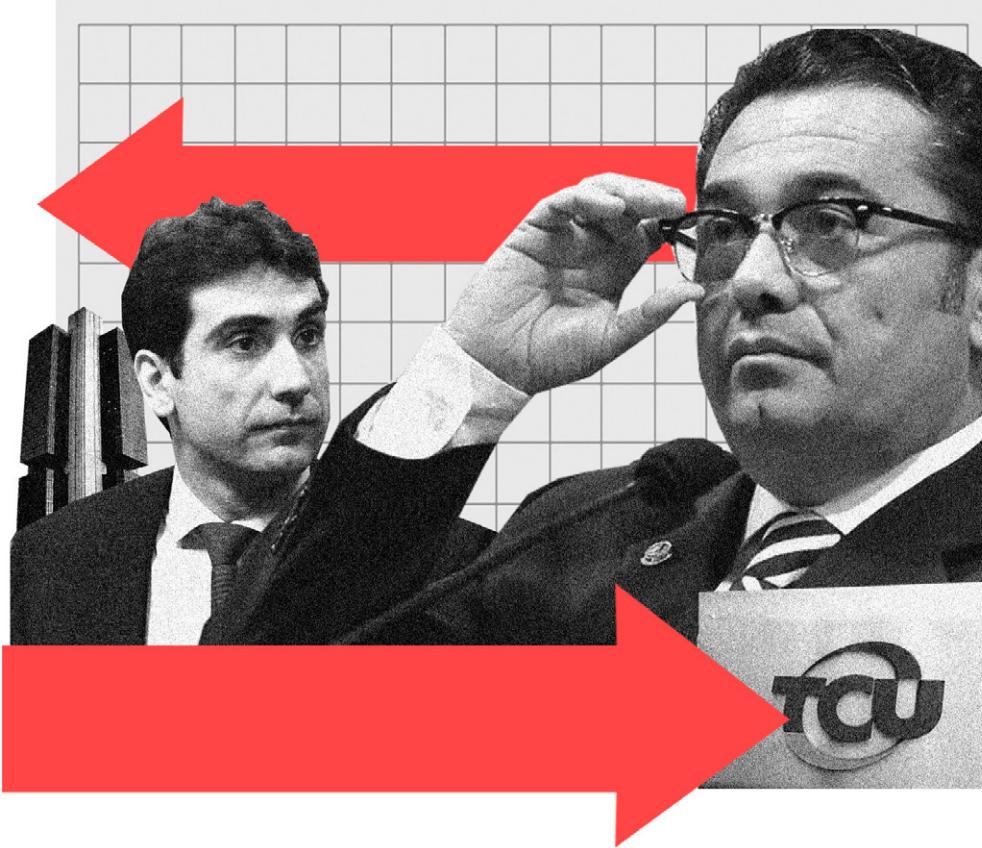
## É o que tem para hoje

Políticos paulistas são praticamente unânimes em afirmar que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, recolheu os flaps para voos nacionais. Agora, está cuidando da campanha pela reeleição. Sinal de que o candidato a presidente da República a carregar a bandeira bolsonarista será o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

## Funciona na avenida Faria Lima

Nos últimos dias, Flávio Bolsonaro tem usado suas redes sociais para atacar os gastos do governo federal. Só tem um probleminha: se as despesas governamentais atenderem os programas que beneficiam o povo, será difícil esse discurso crítico “pegar” entre a população mais pobre. Em especial, no Nordeste.

## TCU amplia espaço



A reunião entre os presidentes do Banco Central, Gabriel Galípolo, e do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo Filho, serviu para ampliar o poder da Corte tal qual ocorreu em momentos passados, com a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O que se diz nos bastidores é que, quanto mais o TCU estiver presente, mais importância seus ministros adquirem. O tribunal é órgão assessor do Legislativo. E, como tal, não tem poder de barrar uma liquidação, uma vez que o Bacen é independente. No entanto, pode dar instrumentos para que os poderes competentes tomem decisões. Agora, coloca um pé no banco. Resta saber a que senhor servirá.

» » » » »

**A perder de vista/** A única certeza que se tem, atualmente, é de que o caso Master entrará no calendário eleitoral. Não será o principal tema da campanha, mas, dadas as ligações de Daniel Vorcaro, as apostas são de que muita gente abrirá a temporada de 2026 com explicações a dar.

## CURTIDAS

Ed Alves/CB/D.A Press



**Troca no ministério I/** Ricardo Lewandowski pegou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de surpresa. Quando o ministro avisou que estava de saída, o chefe do Executivo não acreditou que seria tão rápido. Afinal, outros já disseram que iam sair e, a pedido do petista, acabaram ficando. Com o ministro aposentado do STF, não funcionou.

**Troca no ministério II/** Ao deixar para enviar ao Congresso apenas em fevereiro a indicação de Jorge Messias para ministro do Supremo Tribunal Federal, o presidente Lula ganhou prazo para escolher o substituto na Advocacia-Geral da União (AGU).

**Hora de contar os votos/** A ideia é só anunciar um novo ministro depois da aprovação no plenário do Senado. Até aqui, o governo acredita que vence na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas ainda não garantiu a vitória final.

**O samba de Wagner Moura/** Quem é da política avisa que os prêmios conquistados pelos filmes *Ainda estou aqui* e *O agente secreto* elevaram o sarrado. Agora é buscar histórias da nossa gente. “Não deixe o samba morrer”, no caso, o cinema brasileiro.

## » Ponto a ponto | CABO GILBERTO SILVA | DEPUTADO FEDERAL

Líder da oposição na Câmara diz que veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao PL da Dosimetria foi um ato político e prepara articulação para a derrubada. Ao *Correio*, ele também tece críticas ao STF

# “Queremos anistia geral”

» DANANDRA ROCHA

**A**pós o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetar integralmente o PL da Dosimetria, que alterava critérios de aplicação de penas aplicadas aos golpistas de 8 de janeiro de 2023, aprovado no fim do ano pelo Congresso Nacional, opositores se articulam para derrubar a decisão em sessão conjunta do Congresso. Ao *Correio*, o líder da oposição na Câmara, deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB), defendeu a anistia ampla e irrestrita aos criminosos que participaram da depredação dos prédios dos Três Poderes e criticou a atuação do Judiciário brasileiro na condução do processo. Confira os principais pontos da entrevista.

### Derrubada do veto

“Apenas as mesmas pessoas que são contra o Brasil, aquelas que querem a divisão do nosso povo, mantêm essa narrativa de ‘nós contra eles’. O pensamento deles continua inalterado, mas a grande maioria do Parlamento concretizará a derrubada do voto quanto antes. Precisamos de 257 deputados e 48 senadores, mas teremos muito mais do que isso.”

### 8 de janeiro

“O PT quer reescrever a história, mas não conseguirá. Houve vandalismo com depredação do patrimônio público, mas, em uma democracia saudável, o devido processo legal deve ser respeitado. No Brasil, a prisão só ocorre em flagrante delito ou com

um mandado. Além disso, o Estado deve realizar a individualização da conduta, o que não aconteceu. Não cabe à Suprema Corte ser o pai e a mãe desse processo, pois ela é a última instância constitucional. Na questão criminal, o órgão competente é o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Por isso, propusemos o PL da redução de penas, que ficou conhecido como dosimetria, embora respeitemos a independência dos Poderes. Mas, na verdade, queríamos a anistia ampla, geral e irrestrita, pois consideramos que houve uma armação por parte do governo Lula. Ninguém dá golpe de Estado em um domingo, sem armas e sem líder.”

### Veto presidencial

“Foi uma questão totalmente política. O presidente Lula quer manter o embate para tirar o foco dos gravíssimos problemas de seu terceiro mandato, no qual prometeu muito e não entregou nada. Ele usa esse veto político para não virar a página e desgastar a oposição, escondendo a crise econômica.”

### Diálogo no Congresso

“Estamos lutando para reabrir o Congresso Nacional, que vem sendo fechado por decisões arbitrárias da Suprema Corte, que usurpa as funções dos demais poderes. Informamos aos presidentes das Casas que, caso houvesse o voto, realizariam a sessão quanto antes para derrubá-lo. Respeitamos nossas limitações — cerca de 100 deputados e 20 senadores —, mas a derrubada se concretizou.”

Vinícius Loures/Câmara dos Deputados



**Propusemos o PL da redução de penas, que ficou conhecido como dosimetria, embora respeitemos a independência dos Poderes. Mas, na verdade, queríamos a anistia ampla, geral e irrestrita, pois consideramos que houve uma armação por parte do governo Lula”**

### Alternativas

“O Poder Judiciário está desacreditado. Precisamos urgentemente do impeachment de um ministro da Suprema Corte para

equilibrar os Poderes. Descartamos ação na Justiça, pois 99% das decisões são contra a direita. Por isso, protocolaremos um novo projeto de anistia ampla e irrestrita assim que voltarmos do recesso.

Quero deixar o povo esperançoso. Na liderança da oposição, eu trabalharei duro. Fui escolhido de forma unânime por ser nordestino, da Paraíba, e saber me comunicar com a população.”

### Eleições

“Quando o Centro se junta à direita, o Congresso tem ampla maioria. O Centro precisa entender que, se a perseguição contra nós continuar, eles serão os próximos. Queremos que eles se unam à nossa pré-candidatura à Presidência da República para livrar o Brasil do PT.”

## JUSTIÇA

## Hacker tem progressão de pena

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes autorizou o hacker Walter Delgatti Neto a progredir do regime fechado para o semiaberto. Na decisão, publicada na sexta-feira da semana passada, o magistrado destacou que o condenado atende aos requisitos legais e tem direito a acessar “regimes menos rigorosos”. Ele cumpre uma pena de oito anos e três meses de prisão pela invasão, em 2023, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a mando da ex-deputada federal Carla Zambelli, atualmente presa na Itália.

Moras afirmou que Delgatti voltará ao regime fechado se for condenado em outro processo ou praticar novo crime doloso ou falta grave. O hacker estava em liberdade condicional desde 2020 e voltou a ser preso quase três anos depois por violar uma ordem judicial que o impedia de acessar a internet.

Em julho de 2023, ele foi solto novamente. O período em liberdade, no entanto, durou pouco. Foi preso pela terceira vez em agosto daquele ano, durante uma operação da Polícia Federal que apurava a invasão aos sistemas do CNJ.

Segundo a investigação, os crimes ocorreram em janeiro de 2023, quando 11 alvarás de soltura de presos por diferentes motivos e um mandado de prisão falso contra o ministro Alexandre de Moraes foram inseridos no sistema do CNJ. Delgatti foi condenado pela Primeira Turma do STF, em maio de 2025, a oito anos e três meses de prisão. Na mesma ação, Zambelli também foi sentenciada a dez anos. (Agência Estado)